



7º Encontro Internacional de Política Social
14º Encontro Nacional de Política Social
Tema: **Contrarreformas ou Revolução: respostas ao**
capitalismo em crise
Vitória (ES, Brasil), 3 a 6 de junho de 2019

Eixo: Mundo do Trabalho.

RECONFIGURAÇÃO SINDICAL NOS ANOS 2000: UMA ANÁLISE SOBRE A
INTERSINDICAL

Jannyllian Christine da Silva Viana¹

Resumo

Este trabalho tem como objetivo analisar a conformação da Intersindical no contexto do processo de reconfiguração sindical nos governos Lula (2003-2010). O surgimento dessa entidade é resultado da insatisfação de correntes dissidentes da CUT em relação à postura conciliatória desta central e, sobretudo, à política neoliberal do governo petista. A análise dos documentos oficiais da Intersindical emitidos entre os anos de 2006 e 2010 demonstra que a conformação desta entidade possui elementos que podem vir a contribuir para o debate acerca da revitalização sindical no país, – após um refluxo de mais de uma década do sindicalismo combativo.

Palavras-chave: Sindicalismo; Reconfiguração sindical; Governo Lula; Intersindical; Revitalização sindical.

Trade union reconfiguration in the decade 2000: an analysis on the Intersindical

Abstract

This paper aims to analyze the conformation of Intersindical in the context of the process of union reconfiguration in the Lula governments (2003-2010). The emergence of this entity is a result of the dissatisfaction of dissident currents of the CUT in relation to the conciliatory position of this center and, above all, the neoliberal policy of the PT government. The analysis of the official Intersindical documents issued between the years 2006 and 2010 shows that the organization of this entity has elements that can contribute to the debate about the revitalization of trade unionism in the country, after a decade of reflux of combative unionism.

Keywords: Syndicalism; Trade union reconfiguration; Government Lula; Intersindical; Union revitalization.

1. Introdução

Este trabalho se propõe a discutir, de modo preliminar, o processo de reconfiguração sindical caracterizado pelas dissidências e fusões que ocorreram entre correntes e centrais sindicais durante os governos Lula (2003-2010) (GALVÃO, 2009, GALVÃO, 2012; GALVÃO, MARCELINO; TRÓPIA, 2015; GONÇALVES, 2014). Para tanto, analisamos a conformação da Intersindical – uma das entidades sindicais fundadas durante esse processo – a partir das contribuições de Galvão (2010), Boito Jr. e Marcelino (2010), Lemos e Corrêa (2017) acerca do debate sobre a revitalização

¹ Licenciada em História pela Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri – UFVJM. Pesquisadora no Grupo Trabalho, Tecnologia e Educação da UFVJM. E-mail: <jannyllian@hotmail.com>.

sindical², buscando compreender as estratégias delineadas pela Intersindical no período entre 2006 e 2010, que podem indicar elementos de uma possível recuperação do movimento sindical após uma longa década de refluxo. A escolha da Intersindical como objeto de estudo se deve ao fato da entidade, mesmo que não assumindo a forma legal de central sindical e não sendo quantitativamente representativa, ter-se destacado no cenário político brasileiro ao assumir posturas mais combativas frente ao governo e à classe patronal.

Para atingir os objetivos propostos adotamos a pesquisa de campo qualitativa, exploratória e documental. A elaboração desta pesquisa consistiu em duas fases: na primeira, foi realizada uma revisão bibliográfica sobre o tema. A leitura dos livros *O continente do labor* (2011) de Ricardo Antunes e *Trabalhadores e sindicatos no Brasil* (2009) de Marcelo Badaró Mattos contribuíram para que compreendêssemos a trajetória histórica do novo sindicalismo – considerando seu contexto político, econômico e ideológico – bem como seu refluxo na década de 1990. Sobre o processo de reconfiguração do movimento sindical durante os governos Lula, destacam-se os artigos de Andreia Galvão, de Patrícia Rocha Lemos e Ellen Gallerani Corrêa (2017). Na segunda fase da pesquisa, foram utilizados documentos escritos elaborados e publicados pela Intersindical entre o período de 2006 (ano de fundação da entidade) e 2010 (ano que encerra o 2º mandato de Lula). Os documentos foram consultados pela internet, sendo a maioria deles encontrada no site eletrônico da própria entidade. Após a coleta dos documentos, fizemos a leitura prévia dos textos para depois fazermos então a seleção do material a ser analisado. Os documentos selecionados foram: *Manifesto: Intersindical: um instrumento a serviço da luta de classes*; *Resolução do II Encontro Nacional da Intersindical*; *Resolução sobre a Organização da Intersindical*; *Resolução da Conferência Nacional da Intersindical*; e *Resolução do III Encontro Nacional da Intersindical*. A partir das informações das fontes, e suas relações com os referenciais bibliográficos, buscamos refletir sobre as perguntas iniciais da pesquisa, em uma tentativa de contribuir brevemente para o debate acerca da revitalização sindical no Brasil.

² Ao longo deste trabalho, utilizaremos tanto os termos “reconfiguração sindical” quanto “revitalização sindical”, os quais possuem noções diferentes. O primeiro é utilizado quando nos referirmos ao processo de dissidências e fusões que ocorrem entre as centrais sindicais nos governos Lula (2003-2010), gerando o surgimento de novas entidades. Enquanto que o segundo é usado quando abordarmos a questão da possível recuperação do sindicalismo, após um período de refluxo.

2. O processo de reconfiguração sindical nos governos Lula (2003-2010)

A partir da eleição de Lula em 2003 houve uma significativa mudança no cenário do sindicalismo brasileiro, que favoreceu o processo de divisão do movimento sindical e a criação de novas entidades representativas (GALVÃO, 2009; GALVÃO, 2012). Mas essa reconfiguração sindical estava ligada tanto à política adotada pelo governo quanto pelo aprofundamento do transformismo da CUT (1983) – que se tornou uma central governista logo no primeiro mandato de Lula. Aliás, o transformismo da CUT foi um dos fatores fundamentais para a dissidência de algumas de suas correntes minoritárias que darão surgimento à Conlutas (2003)³ e à Intersindical (2006) (GALVÃO, 2009, GALVÃO, 2012; GALVÃO; MARCELINO; TRÓPIA, 2015; GONÇALVES, 2014). Mas devemos considerar que esse transformismo faz parte de um processo mais amplo, que configurou em um refluxo de todo o movimento sindical combativo da década de 1970, haja vista os efeitos políticos, econômicos e ideológicos advindos do avanço do neoliberalismo, da reestruturação produtiva e da socialdemocracia pela América Latina (ANTUNES, 2011a). Além disso, a histórica relação do movimento sindical com a estrutura do Estado, caracterizada pela tutela e o corporativismo (ANTUNES, 2002) e a permanência de elementos da estrutura sindical oficial, como o poder normativo, o imposto sindical e o monopólio de representação, continuou a gerar obstáculos para a autonomia e a independência do movimento sindical, mesmo após a redemocratização do país (MATTOS, 2009).

No governo Lula, os impasses se configuraram a partir dos mecanismos utilizados para aumentar a dependência, o controle e a cooptação do sindicalismo combativo, como por exemplo, a distribuição de cargos ministeriais e em comissões entre ex-líderes sindicalistas. O que ajuda a explicar como a CUT acabou se transformando em uma central sindical institucionalizada, burocratizada e negociadora, assumindo uma posição subordinada e dependente das ações e benesses estatais (ANTUNES, 2011b).

Além disso, os mecanismos institucionalizados de participação criados pelo governo contribuíram para uma política conciliatória entre uma parcela do movimento sindical, a qual adotou uma posição cada vez mais colaboracionista e menos conflituosa

³ Em 2010, a Conlutas se constituiu como uma nova entidade sob o nome Central Sindical e Popular-Coordenação Nacional de Lutas (CSP-CONLUTAS). Neste trabalho, nos referimos a entidade apenas como Conlutas, considerando que estamos tratando da antiga entidade fundada em 2004.

com os interesses do capital (GALVÃO, 2006; HILLESHEIM, 2015). Foram instituídos organismos tripartites, como o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social – CDES – e o Fórum Nacional do Trabalho – FNT, que tiveram como objetivo debater as reformas previdenciária, trabalhista e sindical (GALVÃO, 2012). Constituído por representantes dos trabalhadores, empresários e governo, escolhidos pelo próprio governo, o FNT expressava a negação da autonomia e da liberdade do movimento sindical, tão defendida pelo sindicalismo combativo da década de 1980 (ANTUNES, 2005).

Contrárias à participação da CUT nesses organismos tripartites, algumas correntes minoritárias da central temiam a centralização do poder nas cúpulas sindicais e a redução do espaço de luta das entidades de base (GALVÃO, 2012). A posição moderada e o discurso dotado de elementos neoliberais da CUT desagradaram essas correntes que mantinham uma posição de confronto frente ao governo e ao patronato (GALVÃO, 2006). São essas correntes que darão origem à Conlutas e à Intersindical (LEMOS; CORRÊA, 2017).

A aprovação, em 2008, da Lei 11.648⁴ que alterou a Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), e garantiu às centrais sindicais o seu reconhecimento formal, foi outro fator que contribuiu para o processo de reconfiguração sindical. Com essa lei, as centrais obtiveram o direito de participar de fóruns tripartites e de colegiados de órgãos públicos e o acesso ao imposto sindical (RODRIGUES, 2015; GALVÃO, 2012; GONÇALVES, 2014). As duas maiores centrais sindicais do país – a CUT e a FS – se viram beneficiadas pelo reconhecimento legal devido ao direito de negociação e, sobretudo, ao acesso aos recursos financeiros derivados da contribuição sindical. Essa foi mais uma estratégia utilizada pelo governo para promover a cooptação do sindicalismo: estabelecer mudanças na legislação sindical em relação aos critérios de representatividade para obter reconhecimento legal e à garantia de repasse de 10% da contribuição sindical para as centrais reconhecidas oficialmente (GALVÃO, 2012). As

⁴ A fim de reconhecimento no MTE, a Lei estabelece que as centrais sindicais cumpram os seguintes critérios: I - filiação de, no mínimo, 100 (cem) sindicatos distribuídos nas 5 (cinco) regiões do País; II - filiação em pelo menos 3 (três) regiões do País de, no mínimo, 20 (vinte) sindicatos em cada uma; III - filiação de sindicatos em, no mínimo, 5 (cinco) setores de atividade econômica; e IV - filiação de sindicatos que representem, no mínimo, 7% (sete por cento) do total de empregados sindicalizados em âmbito nacional (Lei 11.648/2008). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Lei/L11648.htm. Acesso em: 01 out. 2018.

mudanças na legislação sindical desencadearam um novo processo de cisão entre as correntes sindicais que desejavam obter as condições necessárias para ter acesso ao repasse da parcela do imposto sindical (LEMOS; CORRÊA, 2017; GALVÃO, 2012).

Por isso, o processo de reconfiguração do sindicalismo brasileiro tem sido analisado a partir de dois vieses, pois se por um lado, há uma demonstração de acomodação política de certas entidades sindicais que foram criadas visando as vantagens proporcionadas pelas mudanças na legislação sindical, por outro, há uma manifestação de vitalidade do movimento sindical, haja vista o surgimento de organizações sindicais motivado pelo descontentamento de uma parcela do movimento em relação à conjuntura política nacional. Estas entidades sindicais apesar do baixo número de filiados representaram novas alternativas para a representação dos trabalhadores ao manter uma postura de oposição ao governo e ao patronato, ao contrário da maior parte das centrais (GALVÃO; BOITO JR.; MARCELINO, 2010; GALVÃO, 2012).

Com isso, podemos observar que nos últimos anos, o sindicalismo brasileiro tem estado presente no debate político e acadêmico, numa perspectiva que envolve diferentes questões (GALVÃO, 2014). No âmbito internacional, a retomada da atuação sindical, após um período de “crise” nos anos de 1980, levantou um debate sobre a revitalização sindical (LEMOS; CORRÊA, 2017). Entre os estudos gerados por esses debates, buscamos trazer alguns elementos principais na tentativa de compreender a conformação da Intersindical no contexto de reconfiguração sindical.

3. Sobre o debate da revitalização sindical

Pesquisadores como Carole Frege, John Kelly e Lowell Turner (*apud* LEMOS; CORRÊA, 2017, p. 115), analisaram as estratégias dos sindicatos em um contexto de crise em diferentes países. Para os autores, apesar do cenário político, econômico e institucional, os sindicatos enquanto atores estratégicos promovem ações que resultam da articulação entre o contexto vivido, as suas escolhas e as suas identidades como organismos sindicais. De acordo com os resultados obtidos através da análise desenvolvida a partir da atuação desses sindicatos, foram identificados seis tipos principais de estratégias que podem ter contribuído para estimular, em certo grau, a ação sindical naqueles contextos. Essas estratégias estão voltadas para as relações dos

sindicatos estabelecidas entre trabalhadores, Estado, movimentos sociais e movimentos sindicais internacionais.

Tomando a síntese apresentada por Lemos e Corrêa (2017), a primeira estratégia é a organização, que está relacionada à dimensão da base do sindicato, a qual interfere na obtenção de recursos, na sua legitimidade, representatividade e em seu poder de negociação. A estratégia de parceria com empregadores refere-se à ampliação de instituições e acordos de parceria social, visando melhorias nas condições de trabalho. A terceira estratégia, de ação política, está relacionada à capacidade de influência do sindicato sobre o governo e na legislação trabalhista de modo favorável aos trabalhadores. A estratégia da reestruturação sindical refere-se aos processos de fusão entre sindicatos, a aproximação em relação às confederações e à reestruturação interna das organizações sindicais, aumentando o poder político e econômico ao mesmo tempo em que “diminui a fragmentação e competição entre sindicatos”. Além disso, como sugere Lemos e Corrêa (2017, p. 117), essa descentralização da organização sindical “pode incentivar a participação dos membros da base e contribuir para o aumento da densidade sindical”.

Ainda dentro das estratégias, tem-se a construção de coalizões com outros movimentos sociais que se refere à atuação conjunta com a sociedade civil para a ampliação de interesses, identidades e reivindicações, a fim de aumentar o poder sindical. E por último, a estratégia de ação sindical internacional, que está voltada para a unidade sindical internacional em um contexto de globalização do capital, visando fortalecer a capacidade de mobilização e o poder de negociação (LEMOS; CORRÊA 2017). Porém, cabe ressaltar que, essas estratégias estão voltadas para a análise de sindicatos, e não para centrais sindicais, identificados como organismos de cúpula, como é o caso desta pesquisa. Além disso, essas categorias foram desenvolvidas baseando-se em cenários políticos, sociais e econômicos diferentes do contexto brasileiro.

Já a socióloga Andrea Galvão (2014) nos apresenta o debate da revitalização a partir das concepções de sindicalismo de movimento social e sindicalismo radical. Em relação ao primeiro, sua origem está relacionada às mudanças organizacionais e às ações sindicais nos Estados Unidos a partir da década de 1980. Esse tipo de sindicalismo está voltado para a aglomeração de trabalhadores desorganizados

sindicalmente e inseridos em setores desvalorizados no mercado de trabalho.⁵ O sindicalismo de movimento social articula os interesses imediatos às lutas de longo prazo, valoriza o recurso da greve, desenvolve relações com outros movimentos sociais, e teria surgido em contraposição ao sindicalismo de negócios. Já em fins do século XX e início do XXI, em alguns países da Europa, como Inglaterra e França, a noção de sindicalismo de movimento social passou a ser atribuída à movimentos extremamente politizados, militantes, grevistas, com capacidade de mobilização, e de oposição de esquerda ao governo e ao patronato. Esse movimento teria surgido a partir da crise do sindicalismo socialdemocrata⁶ e estaria fazendo oposição ao sindicalismo conciliador presente nesses países. Conhecido por sindicalismo radical, essa tendência indicaria uma possível revitalização sindical⁷. Porém, Damesin e Denis (2001), apontam as dificuldades em se afirmar que houve uma revitalização sindical, uma vez que esse tipo de sindicalismo combina um discurso combativo e a participação institucional. Para McIlroy, (*apud* GALVÃO, 2014) esses estudos ignoram os elementos estruturais e ideológicos que dificultam a superação da crise, pois enfatizam a função das lideranças, desconsiderando a importância da relação entre lideranças e base, e as dificuldades de sua politização. O autor ainda sugere que as estratégias usadas pelo sindicalismo inglês, baseadas no oferecimento de serviços, a organização e a parceria com o governo e o patronato, não sustentariam a afirmação de que houve uma revitalização do sindicalismo no país.

No Brasil, o debate sobre revitalização se desenvolveu ao longo dos anos 2000. Assumindo que a década de 1990 foi marcada pela crise do novo sindicalismo, um conjunto de autores buscou reavaliar a permanência da crise, colocando em evidência elementos que indicassem uma revitalização das ações sindicais. As mudanças na economia e na política promovidas pelo governo Lula teriam contribuído para modificar as condições para a atividade sindical no país (LEMOS; CORRÊA, 2017).

⁵ Sobre isso consultar: MOODY, K. Towards an international social movement unionism. *New Left Review*, n.225, 1988, p.52-72.; WATERMAN, P. Social Movement Unionism: A New Model for a New World order. *Review*, 16(3), 1993, p.245-278.; TURNER, L.; HURD, R. W. Building social movement unionism: the transformation of the American labor movement. In: TURNER, L. et al. *Rekindling the Movement. Labor's Quest to Relevance in the Twenty-First Century*. Ithaca: Cornell University Press, 2001, p.9-26.

⁶ Sobre isso consultar: GORDON, A.; UPCHURCH, M. Railing against neoliberalism: Radical political unionism in SUD-Rail and RMT. *European Journal of Industrial Relations*, v.18, n.3, 2012, p.259-265.

⁷ Sobre isso consultar: CONNOLLY, H.; DARLINGTON, R. Radical political unionism in France and Britain: a comparative study of SUD-Rail and the RMT. *European Journal of Industrial Relations*, v.18, n.3, 2012, p.235-250.

Dentro disso, Boito Jr. e Marcelino (2010) concebem que as greves entre o período de 2004 e 2008 representam um sinal de recuperação do ativismo sindical no país, o que contrapõe a tese do declínio irreversível do sindicalismo. Esse período é caracterizado pelo aumento do número de greves e de grevistas – foram cerca de 300 greves por ano até 2007 e 411 greves em 2008 –, pela postura ofensiva da maioria dessas greves, que reivindicava a garantia de novos direitos e pela conquista dos movimentos com a obtenção total ou parcial das exigências.

Por outro lado, Galvão (2014) afirma que apesar do aumento de número de greves e os acordos feitos em benefício dos trabalhadores, vários elementos contribuíram para a dependência do sindicalismo em relação ao Estado, como a estrutura sindical corporativa, a ampliação do imposto sindical às centrais sindicais e a sua participação institucional e o sindicalismo de parceria social, fatores que teriam gerado uma moderação política e uma diminuição na autonomia sindical. Segundo a autora, esses aspectos impedem afirmar que houve de fato um processo de revitalização sindical.

Com isso, é possível perceber que ainda existem muitas lacunas e insuficiências em torno do debate sobre revitalização sindical no Brasil, sendo necessário lançar olhares mais aprofundados sobre o desenvolvimento desse processo no país. Algumas perguntas sobre as estratégias e ações adotadas pelo movimento sindical durante a primeira década dos anos 2000 são fundamentais para se avançar no debate sobre revitalização. Além disso, é preciso entender em que medida tais estratégias e ações representaram um desdobramento ou uma resposta das mudanças ocorridas no novo sindicalismo durante a década de 1990, conforme já citado no presente estudo. Assim, vamos realizar um esforço de apresentar alguns elementos relativos ao surgimento da Intersindical e algumas das estratégias de ação adotadas pela entidade até o ano de 2010.

4. A conformação da Intersindical

A Intersindical foi fundada em 2006 a partir da articulação entre a Frente de Esquerda Sindical e Socialista (FES), que possuía dirigentes ligados à Alternativa Sindical Socialista (ASS), Unidade Classista (PCB) e outras correntes do PSOL (Enlace, Ação Popular Socialista/APS, Coletivo Socialismo e Liberdade/CSOL) buscando organizar e mobilizar a classe trabalhadora e os sindicatos contra as reformas

neoliberais do governo Lula (ANTUNES, 2011a). A entidade é resultado de um amplo debate promovido por esses setores, em que se destaca a segunda edição da Assembleia Nacional Popular e da Esquerda (ANPE), organizada em abril do mesmo ano. Em 2008, houve uma cisão entre as correntes que constituíam a Intersindical, que se desdobrou na coexistência de duas entidades: Intersindical - Instrumento de Luta e Organização da Classe Trabalhadora e Intersindical - Central da Classe Trabalhadora (GONÇALVES, 2014). Neste trabalho, nos deteremos à primeira entidade: composta pelos setores da ASS e da Unidade Classista.

A Intersindical não se constituiu enquanto uma central sindical, pois optou por não realizar o requerimento junto ao Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) (GALVÃO, 2012). De acordo com seu manifesto de fundação, a Intersindical se declara como uma organização que não busca se constituir como central, sua proposta é ser um instrumento de organização da base, que busca autonomia e independência em relação ao Estado e ao governo.

O documento intitulado *Manifesto de Fundação da Intersindical* foi elaborado após um encontro realizado no dia 04 de maio de 2006, em Campinas, ocasião em que se reuniu um conjunto de trabalhadores e dirigentes para debater a proposta de criar uma organização com capacidade de retomar a mobilização e a luta do movimento sindical, tendo em vista a crise que assolava há anos o sindicalismo combativo brasileiro, bem como os efeitos da combinação entre reestruturação produtiva e o neoliberalismo para o conjunto da classe trabalhadora. O manifesto foi firmado por 177 signatários, entre eles, sindicalistas, sindicatos, delegados, oposições e coletivos sindicais, oriundos, sobretudo de São Paulo, Bahia, Paraná, Espírito Santo, Rio de Janeiro e Santa Catarina.

No documento, a Intersindical expôs o sindicalismo conciliatório da CUT e as reformas do governo que atacavam os direitos dos trabalhadores e enfatizou a importância de ser organizar e mobilizar a classe trabalhadora na luta contra o neoliberalismo. Segundo o documento, a Intersindical seria o instrumento para coordenar a ação de reconstruir a unidade entre os trabalhadores. Para tanto, seria necessário avançar na organização a partir dos locais de trabalho, com independência em relação ao patronato, aos governos e ao Estado. A agremiação afirmou que sua atuação visava partir de uma perspectiva “democrática, plural, autônoma, socialista e baseada na independência de classe”. E ainda fazia um convite às entidades e militantes que se identificam com a proposta da Intersindical para comparecerem ao Encontro Nacional, que seria realizado em 10 de junho do mesmo ano, em São Paulo, para

discutir o movimento sindical, bem como a consolidação da entidade. Ao final, o documento afirmava que a agremiação estava aberta para mais adesões e que estariam à disposição para o debate acerca da reconstrução da ação e organização intersindical.

No site da Intersindical não foi encontrado a *Resolução do II Encontro Nacional da Intersindical*, mas encontramos um artigo de notícia publicada no dia 05 de dezembro de 2006, no site do Sindicato dos Metalúrgicos de Campinas e Região, contendo na íntegra as cinco resoluções do Encontro. O evento ocorreu nos dias 02 e 03 de dezembro de 2006 – seis meses após o I Encontro Nacional – no SINSPREV, em São Paulo, reuniu 60 entidades sindicais representando 12 estados, contando com a participação de 333 dirigentes sindicais, ativistas e militantes dos movimentos populares e sociais. Não obtivemos acesso a Resolução referente a este Encontro. As resoluções previam: (1) a criação da Campanha “Nenhum Direito a Menos, Avançar nas Conquistas”, visando a mobilização dos trabalhadores contras as políticas neoliberais operadas pelo governo petista; (2) a construção do “Encontro Nacional Sindical e Popular Contra as Reformas Neoliberais” junto a outras organizações e movimentos sociais; (3) enfrentamento ao Estado capitalista a partir de um rompimento com a lógica corporativista, burocrática, assistencialista e de aparelhamento sindical, visando a organização de base”; (4) reorganização dos trabalhadores a partir dos locais de trabalho, agregando também à luta os desempregados, precarizados e os trabalhadores informais; (5) unificação das lutas com os setores identificados como democráticos e classistas, organizados ou não em centrais sindicais.

A *Resolução da Conferência Nacional da Intersindical* foi elaborada na ocasião da Conferência Nacional realizada em 25 e 26 de agosto de 2007 e se encontra disponível no site da Intersindical. Diante da conjuntura na qual o país se encontrava naquele momento, com a tentativa de ampliação das reformas neoliberais, a criminalização dos movimentos sociais e dos movimentos sindicais, a Intersindical definiu a seguinte agenda: participar ativamente do (1) Plebiscito da Vale do Rio Doce de 1º a 9 de setembro, (2) do Grito dos Excluídos – contra os ataques do capital e do governo Lula – , e da (3) na marcha do dia 24 de outubro em Brasília, com a mobilização massiva dos trabalhadores – a marcha tem o objetivo de dar início a um processo de lutas até o primeiro semestre de 2008 –, e a organização de um Encontro Nacional no dia seguinte da marcha para um debate sobre a atividade realizada; (4) desenvolver a campanha “Nenhum Direito à Menos, Avançar nas Conquistas”, realizando ações nos locais de trabalho, moradia e estudo, mobilizando os trabalhadores

contra as reformas neoliberais do governo Lula e em defesa de seus direitos; (5) construir um Comitê em “Defesa do Direito de Greve e Contra a Criminalização dos Movimentos Sociais”; (6) apoiar as entidades sindicais classistas e combativas; (7) atuar no combate à desigualdade racial. Para cumprir esta agenda, a Intersindical se propôs a construir ações unitárias com demais setores do movimento sindical e popular, por meio do Fórum Nacional de Mobilização. Segundo o documento, a Intersindical, em pouco tempo de existência, conseguiu obter “expressão e respeito nacionais”, se configurando em um dos instrumentos na luta dos interesses da classe trabalhadora. E, por fim, a entidade reafirma seus princípios fundamentais e o seu compromisso em atuar, em conjunto com outros setores, nas lutas em defesa dos direitos dos trabalhadores.

A *Resolução sobre a Organização da Intersindical*, que também está disponível no site da Intersindical, trouxe inicialmente uma análise de conjuntura e um balanço das ações realizadas. Em seguida registrou um debate da reorganização do movimento sindical e sua organização. Por fim, deliberou, entre outras coisas, a ampliação da atuação e mobilização da base, por meio da organização a partir dos locais de trabalho, de criação de frentes de atuação e coletivos por ramo, categoria, criação de fóruns estaduais e coordenações estaduais e regionais.

A *Resolução do III Encontro Nacional da Intersindical* também se encontra disponível no site da agremiação. O Encontro foi realizado nos dias 13, 14 e 15 de novembro de 2010, em Campinas, São Paulo – quatro anos após a fundação da Intersindical. Nesse Encontro ficaram definidas algumas prioridades para o ano seguinte: tendo em vista os efeitos da crise de 2008, a Intersindical precisava continuar com o processo de reconstrução da unidade da classe trabalhadora. A agremiação ressaltou que desde a sua fundação permaneceu fiel aos seus princípios, não compactuando com o patronato e os governos. Tanto é que para lutar contra a redução dos direitos e salários, organizou greves e paralizações, a partir dos locais de trabalho, conseguindo reajustes salariais e a manutenção e ampliação de direitos.

É interessante notar que a organização manteve seu discurso de fundação, afirmando que não pretendia se constituir como central naquele momento, sob a justificativa de não acreditar que se tratava apenas de uma crise de direção, e que, por isso, não bastaria trocar os dirigentes para superar a situação em que se encontra o movimento sindical, bem como a fragmentação da classe trabalhadora. Nesse sentido, a Intersindical afirmava lutar com a classe e não em seu nome. A entidade agendou para o início do ano seguinte a organização de mobilizações nos locais de trabalho, reunindo

diferentes categorias e visando romper com o corporativismo imposto pelo patronato e governos. Ao final, a entidade afirmava que continuaria organizando a luta a partir dos “locais de trabalho, moradia e estudo” e com a “unidade de ação” com as entidades que não pactuam com o patronato e os governos. E decidiu que continuaria se fortalecendo como “Instrumento de Organização e Luta” visando contribuir no processo de “reorganização sindical”.

Assim, no bojo dos anos aqui analisados, a Intersindical, na luta contra os ataques aos direitos dos trabalhadores, se propôs a participar de ações ao lado de movimentos sociais, no entanto, se restringiu a organizar e mobilizar apenas trabalhadores e sindicatos, por considerar que o principal papel dos sindicatos era organizar o trabalhador em seu local de trabalho, e que a participação de movimentos sociais e estudantis contribuía para aumentar a presença de partidos políticos (GALVÃO, 2012).

Além disso, a Intersindical considerava a conciliação de classes impossível dentro do sistema capitalista, deste modo, era contrária às tentativas de conciliação defendidas no projeto de concertação nacional do governo petista. Para a entidade, deveria haver uma intensificação da luta de classes para que se pudesse difundir o programa socialista, entretanto, houveram dificuldades de organização e mobilização dos trabalhadores, considerando à tendência da maioria das centrais em fazer negociações em busca de interesses imediatos pelas vias institucionais, quanto pela adesão de determinados setores da classe trabalhadora ao projeto político do governo petista (ANTUNES, 2011a; GALVÃO, 2012).

Na tentativa de se criar uma nova alternativa para o sindicalismo brasileiro, a Intersindical buscou romper com as tendências que distanciavam as entidades sindicais de suas bases, como a institucionalização e a burocratização, criando uma estrutura de organização sindical mais horizontal e classista. Neste sentido, a entidade buscou retomar, de certo modo, as estratégias que já haviam sido adotadas pelo novo sindicalismo, buscando um novo sentido de classe, de autonomia e independência em relação ao Estado, para enfrentar os novos desafios relacionados à luta pelos direitos da classe trabalhadora brasileira.

5. Considerações finais

Buscamos, neste trabalho, realizar uma reflexão preliminar sobre a conformação da Intersindical, no contexto do processo de reconfiguração sindical, tendo em vista, as

questões levantadas pelo debate da revitalização. O processo de reconfiguração sindical ocorreu por diferentes razões, sejam elas de caráter político-ideológicos, sejam de ordem pragmática. Com isso, esse processo não se configura apenas em uma disputa em relação à melhor forma de organização sindical, mas também é resultado de diferenças políticas quanto aos posicionamentos das centrais e de suas práticas.

No caso da Intersindical, a entidade se esforçou em criar um novo polo de organização, resistência e confrontação, ao tentar aliar as esferas socialistas contra os ataques do governo Lula e em defesa dos direitos da classe trabalhadora, mas teve que lidar com as dificuldades de organização e mobilização dos trabalhadores, haja vista o esvaziamento das tensões sociais por mecanismos negociais e conciliatórios.

Além disso, a entidade se preocupou em lutar ao lado dos trabalhadores e não em seu nome, como a maior parte das cúpulas sindicais se propõe a fazer. Entretanto, esses aspectos não nos fornecem evidências de uma revitalização, pois vários elementos da estrutura sindical impedem que o sindicalismo possa se organizar de modo autônomo e independente do Estado, em defesa dos interesses imediatos e históricos dos trabalhadores. Os efeitos da reestruturação produtiva e a implementação das políticas neoliberais são outros fatores que contribuíram para o enfraquecimento do poder de organização e mobilização das lutas trabalhistas, e para o distanciamento das cúpulas sindicais de suas bases, que por vezes, atuam, contraditoriamente, contra os interesses dos trabalhadores.

Por fim, ressaltamos que, dadas as limitações deste trabalho, tivemos como foco a análise das propostas de ações e de organização da Intersindical. Mas entendemos que não basta analisar o discurso das lideranças, pois, para aprofundarmos na análise, é necessário avaliar, entre outros aspectos, as ações implementadas pela entidade. Registramos as ausências dessas análises porque o final desta pesquisa nos propiciou a compreensão de forma sintetizada sobre os inúmeros elementos complexos do processo de reconfiguração sindical, e no que se refere à questão da possível revitalização do sindicalismo brasileiro.

Referências

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho**. 8. ed. Campinas: Unicamp, 2002.

_____. **A desertificação neoliberal no Brasil (Collor, FHC e Lula)**. 2. ed. - Campinas, SP: Autores Associados, 2005. Disponível em:

<http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EconRev/article/view/12976/6794>. Acesso em: 05 out. 2018.

_____. **O continente do labor**. São Paulo: Boitempo, 2011a.

_____. **Sindicalismo de classe versus sindicalismo negociador de Estado**. 2011b. Disponível em: <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/40938-sindicalismo-de-classe-versus-sindicalismo-negociador-de-estado-artigo-de-ricardo-antunes>. Acesso: 05 out. 2018.

BOITO JR., Armando; MARCELINO, Paula. O sindicalismo deixou a crise para trás? Um novo ciclo de greves na década de 2000. **Caderno CRH**. Salvador, v. 23, n. 59, 2010, p. 323-338. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/crh/article/view/19105/12429>. Acesso em: 25 set. 2018

GALVÃO, Andreia. A contribuição do debate sobre a revitalização sindical para a análise do sindicalismo brasileiro. **Crítica Marxista**, São Paulo, v. 38, 2014, p. 103-117. Disponível em: https://www.ifch.unicamp.br/criticamarxista/arquivos_biblioteca/dossie70dossie2.pdf. Acesso em: 25 set. 2018

_____. A reconfiguração do movimento sindical no governo Lula. **Outubro**, São Paulo, v. 18, 2009, p. 175-197. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/02/Revista-Outubro-Edic%CC%A7a%CC%83o-18-Artigo-07.pdf>. Acesso em: 25 set. 2018.

_____. A reconfiguração do movimento sindical nos governos Lula. In: BOITO JR., Armando; GALVÃO, Andréia. (Orgs.). **Política e classes sociais no Brasil dos anos 2000**. São Paulo: Alameda, 2012, p. 187-221.

_____. O movimento sindical frente ao governo Lula; dilemas, desafios e paradoxos. **Revista do Instituto de Estudos Socialistas**. n. 14, p. 131-150, 2006. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/o-movimento-sindical-frente-ao-governo-lula-dilemas-desafios-e-paradoxos/>. Acesso em: 26 set. 2018.

GALVÃO, Andreia; BOITO JR., Armando; MARCELINO, Paula. Brasil: o movimento sindical e popular na década de 2000. **OSAL**, Buenos Aires: CLACSO, Ano X, nº 26, outubro, 2009. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/osal/osal26/05boito.pdf>. Acesso em: 25 set. 2018.

GALVÃO, Andreia; MARCELINO, Paula; TRÓPIA, Patrícia Vieira. **As bases sindicais das novas centrais sindicais brasileiras**. Curitiba/PR, Appris, 2015.

GONÇALVES, Tatiana. **A reorganização sindical no governo lula: um estudo sobre a Conlutas e a Intersindical**. 2014. 99 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Departamento de Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2014. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/279584>. Acesso em: 25 set. 2018.

HILLESHEIM, Jaime. **Conciliação trabalhista: ofensiva sobre os direitos dos trabalhadores**. 2015. 693 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Centro Socioeconômico, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/160689>. Acesso em: 27 set. 2018.

INTERSINDICAL. ENCONTRO NACIONAL DA INTERSINDICAL, 3., 2012. Disponível em: <http://www.intersindical.org.br/2012/10/03/resolucao-do-iii-encontro-nacional-da-intersindical-13-14-e-15-de-novembro-de-2010-campinas-sao-paulo/>. Acesso em: 10 dez. 2018.

_____. **Manifesto**: Intersindical, um instrumento a serviço da luta de classes. 2012. Disponível em: http://www.intersindical.org.br/wp-content/uploads/2017/09/manifesto_intersindical_2006.pdf. Acesso em: 10 dez. 2018.

_____. **Resolução da Conferência Nacional da Intersindical**. 2012. Disponível em: <http://www.intersindical.org.br/2012/10/04/resolucao-da-conferencia-nacional-da-intersindical/>. Acesso em: 10 dez. 2018.

_____. **Resolução sobre a organização da Intersindical**. 2012. Disponível em: <http://www.intersindical.org.br/2012/10/04/resolucao-sobre-a-organizacao-da-intersindical/>. Acesso em: 10 dez. 2018.

LEMOS, Patrícia Rocha; CORRÊA, Ellen Gallerani. As estratégias das novas centrais sindicais e o debate sobre a revitalização do sindicalismo brasileiro. **Crítica e Sociedade: revista de cultura política**, Uberlândia, v. 7, n. 2, 2017. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/criticassociedade/article/view/41514/22637>. Acesso em: 25 set. 2018

MATTOS, Marcelo Badaró. **Trabalhadores e Sindicatos no Brasil**. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2009. 160 p.

METALCAMPINAS. **Sindicato participa do 2º Encontro Nacional da Intersindical**. 2006. Disponível em: <http://www.metalcampinas.org.br/2006/12/05/sindicato-participa-do-2o-encontro-nacional-da-intersindical/>. Acesso em: 12 dez. 2018.

RODRIGUES, Theófilo Codeço Machado. **Centrais sindicais e partidos políticos no Brasil (2000-2015)**. XVII Congresso Brasileiro de Sociologia. 2015. Porto Alegre. Disponível em: http://www.academia.edu/30791422/Centrais_sindicais_e_partidos_pol%C3%ADticos_no_Brasil_2000-2015_. Acesso em: 12 out. 2018.